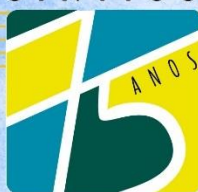


SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

02/03/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Temer afirma que Previdência ainda está na pauta

O presidente Michel Temer disse ontem que a reforma da Previdência não saiu da pauta política do país. Segundo ele, se for possível cessar a intervenção federal na área de segurança pública no Rio de Janeiro nos últimos meses do ano, existe a possibilidade de a reforma voltar à pauta. "Ela saiu da pauta legislativa, mas não da pauta política do país", disse em entrevista à Rádio Tupi. "Não quero garantir, é uma conjectura, mas pode ocorrer de quando chegar em setembro, outubro, eu possa fazer cessar a intervenção. Não quero manter a intervenção eternamente no Rio de Janeiro, nem é saudável. Se ocorrer isso, você terá logo depois da eleição, três meses – outubro, novembro, dezembro – para ainda tentar votar a Previdência", acrescentou. Enquanto a intervenção vigorar, o Congresso Nacional fica impedido, pela Constituição Federal, de aprovar quaisquer propostas de emenda à Constituição (PEC), como é caso da reforma da Previdência. O presidente destacou os bons resultados da economia brasileira e a geração de empregos. Temer disse que a reativação da economia é o que irá criar mais postos de trabalho. Ele estimou que neste ano sejam criados 3 milhões de vagas. "Neste trimestre, houve abertura de 1,8 milhão de novos postos de trabalho e a previsão é de que haja 3 milhões de postos de trabalho neste ano", disse.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 02/03/2018

'Situação fiscal em 2018 é muito confortável', diz secretário da Fazenda

O Brasil está em uma situação fiscal muito confortável neste ano, afirmou Mansueto Almeida, secretário de acompanhamento econômico do Ministério da Fazenda ontem. "A receita recorrente deve crescer bastante, entramos em um ano de recuperação da economia. (...) No primeiro mês do ano, teve um superávit do setor público consolidado de R\$ 47 bilhões. Eu acredito que neste ano teremos um resultado fiscal melhor do que a meta." Eventos que podem ter impacto no orçamento, como a realização do mega leilão do excedente da cessão onerosa da Petrobras e a privatização da Eletrobras, não serão determinantes, diante de uma perspectiva de crescimento da arrecadação nos próximos meses, segundo ele. "Se houver o leilão, ótimo, vai ajudar a reduzir a dívida. Mas não há nada de cessão onerosa no orçamento. No caso da Eletrobras tem R\$ 12 bilhões previstos no orçamento, mas isso pode ser revisto." Ele também destacou que a devolução dos R\$ 30 bilhões pelo BNDES é certa, apesar da retirada de pauta do tema na última reunião da diretoria do banco. "É mais uma questão de data, mas tudo indica que não haverá problemas." A reforma da Previdência, considerada por ele o principal fator com potencial de impacto nas contas públicas no médio e longo prazo, não sairá de pauta, diz o secretário. Ele afirma acreditar que se esse governo não conseguir fazer a reforma, será a primeira do próximo presidente.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 02/03/2018

PIB per capita avançou 0,2% em 2017, diz IBGE

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita cresceu 0,2% em 2017, em termos reais, segundo os dados das Contas Nacionais Trimestrais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mesmo período, a alta do PIB foi de 1,0%. O PIB per capita alcançou R\$ 31.587 no ano passado. O índice é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano. "O crescimento é amortecido parcialmente pelo crescimento da população. O PIB per capita vai sempre andar abaixo do crescimento do PIB", afirmou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE. Rebeca lembrou que a recuperação em 2017 ainda não supera as perdas dos dois anos anteriores. O índice acumulou duas quedas de 3,5%, em 2015 e em 2016. No mesmo período, o PIB per capita teve perdas mais profundas: -4,3% em 2015 e -4,2% em 2016. "Ainda não voltamos ao patamar pré-crise, que seria no primeiro semestre de 2014", frisou Rebeca.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 02/03/2018

Deputados defendem medidas de socorro ao Portus

Em reunião realizada ontem, na Câmara dos Deputados, um grupo de deputados apoiou um pacote de medidas para salvar o Portus. Eles buscam soluções para evitar o aumento da contribuição dos trabalhadores da ativa das companhias docas e a redução dos benefícios dos aposentados a partir de abril. A medida foi anunciada pelo interventor do Portus, o auditor fiscal do Tesouro Nacional, Luiz Gustavo da Cunha, em 2017, com o intuito de cobrir o déficit do fundo de previdência dos portuários. Participaram da reunião, os deputados federais Marcelo Squassoni (PRB-SP), João Paulo Papa (PSDB-SP), Milton Monti (PR-SP), Beto Mansur (PRB-SP), Leônidas Cristino (PDT-CE), Julio Lopes (PP-RJ) e Givaldo Vieira (PT-ES). O encontro contou, também, com a participação do presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), José Alex Botelho de Oliva, e representantes da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph). Uma nova reunião intermediada pelos deputados deverá ocorrer no próximo dia 7 de março, também em Brasília, e deve contar com o interventor do Portus, e representantes das Companhias Docas de todo o Brasil e dos trabalhadores portuários. Entre as medidas defendidas pelos deputados estão o adiamento da implantação do novo plano de custeio do Portus por 180 dias, o rateio do déficit mensal do fundo por suas empresas patrocinadoras (entre elas as Companhias Docas), a realização de uma nova auditoria para apurar o atual déficit do Portus, entre outras. Em grave crise desde 1990, quando foi extinta a Portobrás, o Portus, entidade fechada criada em 1979, possui dívida atualmente estimada em R\$ 3 bilhões. Desde agosto de 2011, o Portus está sob intervenção federal para corrigir e sanear o Fundo, garantindo a preservação dos direitos dos usuários. Entre 2008 e 2011, o Portus recebeu aporte federal da ordem de R\$ 250 milhões. O Portus tem cerca de 10 mil participantes divididos entre ativos (1.659), aposentados (4.884) e pensionistas (3.455) em todo o Brasil. Desses, 4.708 são da Baixada Santista, o equivalente a 47%. Além das medidas citadas, Squassoni é autor do projeto de lei nº 7.902/2017, que prevê repassar 10% dos valores arrecadados em licitações de novas concessões e arrendamentos de instalações portuárias diretamente ao Portus. "É uma maneira de garantir que trabalhadores que contribuíram uma vida inteira não fiquem sem seus benefícios, da mesma forma que impeça atuais contribuintes de deixarem o sistema, o que aceleraria o anunciado colapso", avalia Squassoni. Apresentado em junho de 2017, o texto depende de outro, de autoria de João Paulo Papa, para tramitar. Este, de número 4.311/2017, prevê que 50% do valor arrecadado com novas concessões e arrendamentos de instalações portuárias sejam revertidos em investimento em infraestrutura no porto de origem do procedimento licitatório. "Desses 50%, 10% seriam remetidos ao Portus. É a solução que propomos para garantir os direitos desses trabalhadores", finalizou Squassoni.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 02/03/2018

STF valida acordo que indeniza poupador por perdas em planos econômicos

Por unanimidade, o plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) validou nesta quinta-feira (10) o acordo fechado entre bancos e poupadores que prevê indenizações por perdas decorrentes dos planos Verão, Bresser e Collor II. O acordo foi homologado em fevereiro pelo ministro Ricardo Lewandowski, mas, como se tratava de uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), a ação precisava passar pelo plenário do Supremo. Outros dois ministros que também tinham causas relacionadas aos planos econômicos já haviam homologado o acordo, firmado entre bancos e representantes dos poupadores no final do ano passado. Os bancos têm três meses para começar a receber os pedidos de adesão dos poupadores, que devem ser feitos por meio de uma plataforma eletrônica. Neste período, as entidades trabalharão na estruturação da plataforma eletrônica que irá receber as adesões dos poupadores, que deve ser feita preferencialmente por meio de advogados. Segundo a AGU (Advocacia Geral da União), o portal deve estar pronto até o fim de maio.

ADESÕES

As adesões serão feitas em fases, de acordo com a idade do poupador, e exclusivamente por via eletrônica. Assim, quem deseja aderir deve esperar a divulgação do lançamento da plataforma e aderir na fase apropriada. As agências bancárias não vão receber adesões. A plataforma para a adesão de poupadores funcionará via internet e ficará aberta por dois anos. Durante esse prazo, todas as ações judiciais referentes a perdas decorrentes de planos econômicos ficarão suspensas. Só poderão se cadastrar os poupadores (ou herdeiros) que entraram na Justiça até o fim de 2016. Será preciso comprovação de depósitos, extratos ou declaração de Imposto de Renda. As informações serão validadas pelos bancos antes do pagamento.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 02/03/2018